

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:  
O PAPEL  
DOS PAIS E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO**

**Aluna: Marli Scarpari Motter**

**Orientadora: Gizele de Souza**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

## **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: O PAPEL DOS PAIS E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>**

**MARLI SCARPARI MOTTER<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A educação exige que seja feito um movimento, longo, complexo e nunca acabado, no sentido de se apropriar (parcialmente) de um mundo preexistente. Para o homem, essa apropriação obrigatória desencadeia três processos: a hominização (tornar-se homem), a singularização (tornar-se exemplar único) e a socialização (tornar-se membro de uma comunidade). A educação acontece nas mais variadas esferas da vida social (famílias, grupos sociais, instituições educacionais, associações profissionais, igrejas, empresas, etc.), assumindo, com isso, diferentes formas de atuação e de objetivos. Dentro de uma determinada sociedade, apesar de sua função de manutenção social, a escola poderá assumir um sentido crítico ou mais conservador. Promover a construção e a implementação de um Projeto Político Pedagógico que colabore para romper paradigmas que interferem na relação professor-aluno-família na promoção de uma educação de qualidade, é fundamental para erradicar a evasão e a repetência na instituição escolar.

**PALAVRAS CHAVE:** FAMÍLIA – ESCOLA – SOCIEDADE – EDUCAÇÃO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A educação, seja ela na família ou na escola, assume um papel fundamental para a humanização do indivíduo e a sua inserção na vida social. A condição de aprender é estabelecida desde o nascimento, uma vez que nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender.

Segundo CHARLOT (2000), a condição humana exige que seja feito um movimento, longo, complexo e nunca acabado, no sentido de se apropriar

---

1 Artigo produzido como requisito ao curso de Especialização de Formação de Gestores, ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na cidade de Curitiba – PR, no ano de 2009.

2 Professora de Educação Física, da rede pública estadual do Paraná, formada pela Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR, no ano de 1991, atuando na direção do Colégio Estadual do Bairro XIV de Novembro, da cidade de Cascavel – PR.

(parcialmente) de um mundo preexistente. Essa apropriação obrigatória desencadeia três processos: a hominização (tornar-se homem), a singularização (tornar-se exemplar único) e a socialização (tornar-se membro de uma comunidade).

O ato de construir-se e ser construído pelos outros é a própria **Educação**, entendida de forma ampla, em situações que ocorrem dentro e fora da escola. É por meio de suas experiências que a criança toma contato com as muitas maneiras de aprender. Ela pode adquirir um saber específico, no sentido de compreender um conteúdo intelectual (a gramática, a Matemática, a história da Arte etc.), pode dominar um objeto ou uma atividade (como caminhar, amarrar os sapatos, nadar, etc.) e pode aprender formas de se relacionar com os outros no mundo (saber como cumprimentar as pessoas, ter boas maneiras à mesa etc.).

Neste sentido, a educação é a interação do sujeito com o meio e com outros sujeitos. Relação esta determinada pelas condições históricas e materiais da cultura, do trabalho e da própria vida em sociedade. A aprendizagem é:

O processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente. (OLIVEIRA, 1995, p. 57)

Assim, a maior parte do tempo de sua vida, o indivíduo passa em grupos. A criança já nasce dentro de um grupo – o grupo familiar – e, a partir desse momento, ela irá ampliando suas relações com o mundo, sempre se relacionando em grupos. Mesmo quando sozinho, o indivíduo tem referência de valores e de normas sociais que advém dos grupos que internaliza no decorrer da vida.

Como aponta BOCK (1993, p. 237):

A vida em grupo pode ser considerada como o lado "prático" de nossa vida. (...) esse lado prático da vida é determinado por uma instância social que dá conteúdo aos grupos a que pertencemos. (...) o que reúne esse grupo é uma determinada necessidade social.

Sabe-se que a sociedade em vivemos organiza-se em diferentes níveis: institucional, organizacional e grupal. Assim, a forma de as instituições serem assumidas pelos sujeitos se dá pelo processo de socialização. Esta não é pura e simples introjeção das normas e valores institucionais pelos sujeitos, mas um processo de interação entre o sujeito e os grupos, que produz a sua própria subjetividade.

BOCK (1993, p. 238), afirma que a família é um grupo basilar que promove essa interação e, portanto, uma instância produtora da subjetividade dos indivíduos. Entretanto, ela não está sozinha nessa tarefa. A escola e os meios de comunicação de massa também têm uma grande contribuição.

Deste modo, pode-se dizer que a família, assim como a escola, tem uma importante função social, a qual é determinada por necessidades sociais. Necessidades estas que se criam ou se renovam de acordo com a cultura e o grau de desenvolvimento da própria sociedade e dos meios de produção que o homem estabelece, pelo trabalho, para suprir suas necessidades materiais.

É na família que se deve garantir o provimento das crianças, para que elas futuramente exerçam atividades produtivas para a própria sociedade, e deve educá-las, para que elas tenham uma “moral” e valores compatíveis com a cultura em que vivem.

Tanto assim, que a organização familiar muda no decorrer da história do homem. Muda em função das próprias mudanças sociais em que o homem é submetido.

Contudo, quando falamos em família e escola nos dias de hoje, temos que levar em conta que as famílias e a escola se modificaram, ao longo das últimas décadas. Faz-se necessário desconstruir preconceitos e estereótipos acerca desta duas instituições sociais.

Ao nos referirmos a família, não podemos deixar de registrar que não existe mais um modelo de família padrão, monogâmica, constituída por pai, mãe e filhos. Atualmente, profundas mudanças sociais, culturais e econômicas contribuíram para a formação de uma diversidade de núcleos familiares, com identidade própria, porém interligados por inúmeros traços em comuns, muitos vezes, não apenas o consangüíneo.

Aquela família tradicional que, no passado, tinha na figura masculina do pai o mantenedor e na figura da mãe, a dona do lar e educadora dos filhos, vem gradativamente sendo substituída por uma família na qual seus componentes estão em igualdade de papéis, inclusive o de sustento da família.

O homem atual, mergulhado em uma sociedade capitalista, excludente e competitiva, não é mais a figura principal. Muitas vezes, ele não consegue alimentar sua prole e acaba recorrer a caminhos tortuosos que agravam os problemas, como a desesperança, a depressão, o alcoolismo, a violência com relação a mulher e aos filhos.

Por outro lado, a mulher ingressa cada vez mais no mundo do trabalho, muitas vezes até do subemprego para garantir o sustento da família. Com dupla (e muitas vezes tripla) jornada, ela compete com outros homens no mercado de trabalho e ainda tem que dar conta dos afazeres domésticos e da educação das crianças.

As crianças também mudaram. De uma geração que foi educada pela mãe dona de casa, elas passaram a ser educadas pela TV, pelo rádio, pela mídia, pela internet, pelos amigos da rua e da escola.

Estas profundas mudanças sociais, culturais e econômicas por quais passam nossas famílias, contribuíram radicalmente para que valores morais e éticos se esfacelassem ou desaparecessem.

Contudo, sabe-se que independente de qual estrutura se configura uma família, ela é fundamental na constituição do indivíduo enquanto ser humano, histórico e cultural. Tanto isso é verdade que LACAN (1987, p.13) define assim família:

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do patrimônio são com ela disputadas por outros grupos sociais, a família na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico.

Nesse sentido, podemos afirmar então que a educação primária dada pela família é responsável pelo modelo que a criança terá em termos de conduta, no

desempenho de seus papéis sociais e das normas e valores que controlam tais papéis. A família é o grupo social responsável pela repressão dos desejos e pela aquisição da linguagem.

Por outro lado, na estrutura social, a família tem a função de inserir o indivíduo na sociedade, e daí sua importância. E por essa função ser estratégica para a sociedade, é exercido um grande controle para que ela cumpra adequadamente o seu papel. Isso significa dizer que a família é controlada para poder controlar.

A família monogâmica, não é o único modelo possível de família. Cada momento histórico, cada formação econômica, cada cultura em a estrutura família mais adequada para cumprir a função de educar as crianças e de cuidar da sua sobrevivência. A condição histórica e a estrutura social determinam a forma como a família deve organizar-se.

Contudo, devido à complexidade da nossa sociedade, a família não dá conta de todo processo de socialização. Assim, surge uma outra importante agência de socialização – a escola.

Como afirma BOCK (1993, p. 245), a escola tem um papel conservador, pois também é responsável pela reprodução de normas e valores sociais e, conseqüentemente, mantenedora do contexto social.

Assim, como a sociedade apresenta uma gama de valores que permite uma família mais liberal e uma mais conservadora, o mesmo ocorre com a escola. Dentro de uma determinada sociedade, apesar de sua função de manutenção social, a escola poderá assumir um sentido crítico ou mais conservador.

Conforme afirma FREITAG (1978, p. 27):

A escola assegura que se reproduza a força de trabalho, transmitindo as qualificações e o *savoir faire* (o modo de fazer) necessários para o mundo do trabalho, e faz com que ao mesmo tempo os indivíduos se sujeitem à estrutura de classes. Para isso lhes inculca, simultaneamente, as formas de justificação, legitimação e disfarce das diferenças e do conflito de classes. Atua, assim, também ao nível e através a ideologia.

Isso significa dizer que, a escola é percebida como o lugar onde buscamos conhecimentos para “progredir” na vida. Progredir na vida traz embutida a

noção de ascensão social, que é uma representação ideológica. E como representação ideológica ela é imaginária, já que nem todos os que vão à escola sobrem na vida. Os poucos que ascendem servem de exemplo para manter a ilusão, mas na realidade representam a exceção e não a regra, como nos fazem acreditar. Nesse sentido, o indivíduo que atinge altos níveis de escolarização é muito valorizado.

Mas, apesar de seu papel conservador na sociedade, a escola apresenta contradições. Ao mesmo tempo que, em sua prática cotidiana, ela seja uma instituição eminentemente reprodutora, ela também consegue fazer com o sujeito perceba-se enquanto histórico, determinado por uma sociedade que não é estática, mas se modifica de acordo com as relações que o homem estabelece com a natureza e com outros homens para sua sobrevivência.

A educação escolar pode contribuir significativamente para a compreensão da realidade, na medida em que os alunos se apropriem dos conhecimentos adquiridos e percebam-se como sujeitos da própria história e agentes de transformação da realidade. Os objetivos da escolarização, também não se esgotam na difusão dos conhecimentos sistematizados, mas exigem a vinculação com a prática social.

A escola é possibilidade na formação de um homem diferente, sujeito da própria história, que se constrói nas relações sociais, luta para suprir suas necessidades e as do coletivo. Na escola, existe a possibilidade da criação de um sujeito crítico, no sentido do conhecimento da sua realidade e do saber científico. Mas também de um sujeito dinâmico e criativo, ou seja, que domina o conhecimento e estabelece com clareza as relações necessárias para sua interação com a realidade social.

Desta forma, escola é lugar onde o conhecimento é dinâmico, adequado à faixa etária e aos interesses dos alunos. É no espaço escolar que se promove profunda reflexão e análise sobre o processo de produção do conhecimento. Estar na escola, abre possibilidades para ampliar a compreensão sobre questões sociais, étnicas, culturais, políticas, econômicas que contribuem para consolidar o processo de humanização do homem.

Por isso, embora muitos séculos tenham se passado desde que as primeiras escolas entraram em funcionamento, ainda hoje o sucesso do aluno na escola é esperado tanto pelos seus professores como por seus familiares. Pais e professores possuem muitas expectativas comuns quanto ao processo de aprendizagem do aluno, desejando sempre um aprendizado efetivo, que possa fazer com que o educando tenha plenas condições de interagir com sucesso na vida em sociedade. Entretanto, objetivos comuns nem sempre significam as mesmas estratégias ou a mesma metodologia de ação.

O que se tem percebido é que, muitas vezes, a família atribui à escola a tarefa de educar seus filhos. Isso por falta de informação dos pais sobre o real papel da escola e porque às vezes a escola não proporciona dispositivos adequados para a participação efetiva da família.

Evangelista e Gomes (2003, p. 203), apontam que a família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos, como a escola e o trabalho.

Por outro lado, nas últimas duas décadas do século XX e início do século XXI assistiu-se a grandes mudanças tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Ocorreram grandes movimentos sociais, principalmente no final dos anos 80, que fizeram com que a sociedade se organizasse de uma outra maneira, configurando o surgimento de complexos modelos familiares (não mais a monogâmica) e exigindo-se, para tanto, a configuração de uma nova escola que pudesse responder a novos desafios educacionais.

A legislação que fundamenta o surgimento e as ações desta nova educação (Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996), apontam para a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade em geral na promoção da educação para “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Neste sentido, considera-se que um projeto político pedagógico implica em fundir num projeto as dimensões políticas e pedagógicas da escola, as quais



associações profissionais, igrejas, empresas, etc.), assumindo com isso diferentes formas de atuação e de objetivos, é a escola a instituição que trabalha com o saber elaborado e com o conhecimento científico.

Dessa forma, a tarefa de educar é trabalho intencional, político, planejado e mediado na prática social. Educar é contribuir com o processo de humanização do homem, que é um ser social, um ser histórico e concreto.

Por outro lado, ao discutir a participação efetiva de pais nas Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMFs), Veiga (2003, p. 203) afirma que:

"é preciso ter consciência de que a dependência e a submissão no interior da escola efetivam-se por meio de relações de poder que expressam nas práticas autoritárias e conservadoras dos diferentes profissionais, distribuídos hierarquicamente, bem como por meio de formas de controle existentes no interior da escola."

Assim, embora se viva na chamada *era do conhecimento*, sobretudo em consequência da informatização e do processo de globalização das telecomunicações a ela associado, de que forma a escola pode democratizar o conhecimento? Como os pais podem contribuir neste processo? Qual é o papel de pais e da escola nesta sociedade informacional que exclui muitas pessoas, sobretudo das camadas populares?

Destaca-se então, que quando se fala em aprendizagem, ou seja, em resultados educativos, o papel da família não pode estar em segundo plano na educação, mesmo quando se fala em educação formal, aquela que é função primordial da escola.

Então, considera-se que a criança não recebe dos pais apenas a herança biológica, nem dos professores somente a transmissão de conhecimentos, como construir uma parceria entre escola e pais na construção e na implementação do projeto político pedagógico?

Neste sentido, urge a necessidade de se garantir a participação de pais nas ações promovidas pela escola, num sentido muito mais amplo que a mera interação família-escola, mas, sobretudo, na emancipação das camadas populares e na garantia de uma educação promotora de autonomia, criticidade e responsabilidade social.

(...) o processo de desenvolvimento é efetivamente um processo de educação ou, melhor ainda, ele deveria ser necessariamente considerado como tal. Não podemos, então, conceber o desenvolvimento sem a educação nem a educação sem o desenvolvimento. (FAGUNDEZ, 1993, p. 30)

O Brasil enfrenta profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, que acabam por configurar e justificar a exclusão das camadas populares, da gama de direitos sociais próprios da cidadania, como a educação, a saúde, o lazer, a cultura, a moradia, entre outros.

Neste sentido, a função social da escola pública em aproximar os conhecimentos científicos produzidos e acumulados pela humanidade às necessidades reais dos seus indivíduos, torna-se fundamental para erradicar injustiças sociais e tornar a sociedade mais igualitária.

A escola pública pode e deve contribuir significativamente para a democratização da sociedade capitalista, na medida em que proporciona a seus educandos espaços de reflexão e de ação frente as desigualdades.

Além disso, a escola pública de qualidade proporciona o exercício da democracia participativa, consciente, comprometida com os interesses da maioria que, hoje em dia, socialmente encontra-se excluída de direitos sociais, de bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho.

A contribuição significativa da escola para a democratização da sociedade, fundamenta-se na gestão democrática. Oportunizar a comunidade escolar a participação na escolha de seus dirigentes, na organização dos Conselhos Escolares e na Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), na tomada de decisões que, direta ou indiretamente, interferem na educação promovida pela escola torna-se fundamental para o exercício da democracia também na sociedade.

Neste sentido, o Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e representantes da comunidade local para discutir, refletir, definir e acompanhar o desenvolvimento do trabalho da escola, a educação proporcionada

---

pela instituição, o aluno que se pretende formar, a sociedade que se propõe transformar.

Assim, refletir sobre a construção e a implementação do projeto político pedagógico da escola, por parte de educadores e de pais; traçar estratégias para a garantia da família na educação formal dada pela escola; democratizar os saberes científicos trabalhados; garantir a gestão democrática da escola, ampliando-se o espaço de reflexão para além dos muros da mesma; oportunizar a autonomia e a participação das instâncias colegiadas (APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, etc.) da escola; enfim, romper paradigmas que interferem na relação professor-aluno-família na promoção de uma educação de qualidade, são estratégias fundamentais para erradicar a evasão e a repetência na instituição escolar.

A escola e a sociedade atual carecem de cidadãos com fortes valores sociais e morais, com compromisso e responsabilidade, com valores solidários, éticos e participativos para que se posicionem contra as injustiças, a exclusão e quaisquer formas de preconceitos e de discriminação.

Os novos paradigmas da educação exigem dos profissionais da educação uma nova postura ante as desigualdades sociais, o modo de vida imposta pela contemporaneidade que exige dos indivíduos uma constante reestruturação de suas capacidades pessoais e profissionais.

Com isso, cabe à escola, dentro de suas possibilidades, tornar a humanidade menos desumana. Cabe à escola aproximar a família e o interesse dos pais pelo futuro do aluno. É papel da escola oferecer oportunidades de acesso à cultura, à tecnologia, à informação, aos conhecimentos.

Urge na escola pública brasileira a necessidade de refletir questões relativas ao respeito ao próximo, a reconhecimento da diversidade cultural e étnica de nosso país, ao respeito a orientação sexual, a preservação do meio ambiente e o aprendizado pelo desenvolvimento sustentável, a erradicação da drogatização que negativamente destroem famílias e valores sociais, a temas que contribuam efetivamente para a formação de um ser humano melhor.

Cientes devemos estar que não basta transformar o mundo. A educação deve efetivamente contribuir para a participação e a transformação do ser humano e

este transformará o mundo num lugar distante de desigualdades e de injustiças sociais.

Isso porque, como aponta FAGUNDEZ (1993, p. 41):

A falta de uma participação ativa, criativa e crítica entrava a elaboração de uma nova concepção da educação que faria a sociedade evoluir em direção a uma maior solidariedade, a uma maior justiça social.

Assim, quando a ênfase do projeto pedagógico fomenta o aprender, promove a autonomia do aluno e colabora para que a família sinta-se parte integrante da educação dos alunos, as mudanças tornam-se explícitas. Os alunos trabalham no desenvolvimento de projetos individuais e coletivos e passam a ser os produtores do conhecimento. Para que a escola possa cumprir com sua função social, faz-se necessário considerar o dinamismo da sociedade em que se insere, bem como as exigências da formação de sujeitos preparados, participativos, autônomos e responsáveis para uma atuação com qualidade na vida social e cidadã.

Contudo, participar não é uma tarefa fácil, automática, inerente a qualquer ser humano, a qualquer indivíduo. Participação não é resultado de processos automáticos e espontâneos, mas de uma conquista diária e consequência do fortalecimento da responsabilidade dos indivíduos.

A relação entre família-escola vem sendo incentivada pelas políticas públicas e apontada como fundamental para uma escolarização bem sucedida. De fato, não há como se promover uma educação de qualidade, à margem de valores sociais e familiares. Uma educação desvinculada dos interesses da família e do indivíduo.

Não há dúvidas que a efetiva avaliação dos pais ou responsáveis sobre as ações da escola estabelece e se uma alça de realimentação do processo educativo. Proporciona avanços, na medida em que se consideram os interesses da família e do educando.

Com isso, devemos considerar que o espaço escolar é riquíssimo de valores culturais, morais e particulares que, por vezes, se chocam, se contradizem e não correspondem aos valores preconizados pela escola.

Neste sentido, a organização do trabalho escolar, os valores que a preside, não devem fazer perder de vista o caráter universal do processo de participação, de democracia e de justiça social.

À escola comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e humanitária, cabe trabalhar a unidade na diversidade, na busca de construir uma identidade própria, com valores fundamentais a construção da responsabilidade social e cidadã.

Assim, no âmbito da unidade escolar há necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola, de modo que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes. Contudo, isso só será possível de acontecer na medida em que, como diz Paro (1998, p. 228):

[...] aqueles em que mais se beneficiarão de uma democratização da escola, puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los.

Não basta, entretanto, ter presente a família na escola. É preciso verificar em que condições essa participação familiar pode tornar-se realidade e efetivamente contribuir com o processo educativo.

Muitos pais não têm claro que sua participação na escola, serve como apoio necessário para o trabalho dos educadores de seus filhos. Quando não há participação, relega-se ao aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar.

Se a família não participa da educação dada ao aluno, esta não compreende o trabalho da escola e acaba por tecer críticas que em nada contribui para a superação de limites da educação ofertada.

Por outro lado, sabe-se que alguns educadores que reclamam da não participação dos pais na educação, dificultam a relação família-escola, tornando-a cada vez mais complicada e, às vezes, com interesses que se chocam, que se contradizem.

É um traço profundamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com suas próprias soluções, atirando-as sobre o governo. A escola não é reconhecida como interesse próprio, como direito fundamental, mas tão somente como dever do Estado. (DEMO, 1993, p. 63)

Neste sentido, é importante que a escola tenha um discurso condizente com a sua prática. Que incentive, que viabilize, que promova e valorize a participação da família dentro da escola. Que não burocratize papéis ou que promova momentos em que a família não se sinta a vontade em opinar, em contribuir.

Constata-se que a família e a escola possuem uma função de partilha de responsabilidades no processo educativo. Interesses comuns têm que se reverter em ações planejadas, conjuntas, organizadas a atingir os mesmos objetivos.

Deste modo, como afirma Bartholo (2001, p. 23):

A parceria família escola é fundamental para que ocorram os processos de aprendizagem e crescimento de todos os membros destes sistemas, uma vez que a aprendizagem não está circunscrita à conteúdos escolares.

Assim, é claro que existe uma necessidade de interação entre a família e a escola, pois deste modo torna-se mais fácil compreender e traçar estratégias eficazes para superar os limites da educação proporcionada no espaço escolar.

Por fim, vale salientar que a função da família e da escola complementam-se na construção de um ser humano mais participativo e consciente de sua responsabilidade social. A relação entre a escola e a família, embora tenha se modificado muito nos últimos anos, é fundamental na educação de valores sociais, morais, éticos e culturais do indivíduo em formação. Não cabe mais espaço para que família e educadores se culpabilizem pelo fracasso escolar. É o momento para unir forças, traçar objetivos comuns. A participação se constrói cotidianamente. Só aprendemos a participar **participando**.

## REFERÊNCIAS:

- BARTHOLO, M. H. **Relatos do fazer pedagógico**. NOOS. Rio de Janeiro, RJ: 2001.
- BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair & TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **PSICOLOGIAS, uma introdução ao estudo de Psicologia**. Editora Saraiva. São Paulo, SP: 1993.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13/07/1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8069>. Acesso em 04 de abr. 2009.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9394>. Acesso em 04 de abr. 2009.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber – Elementos para uma teoria**. Editora Artmed. Porto Alegre, RS: 2000.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Cortez. São Paulo, SP: 1993.
- EVANGELISTA, F.; GOMES, P. de T. (Orgs.) **Educação para o pensar**. Campinas: Alínea, 2003.
- FAGUNDEZ, Antônio. **O poder da Participação**. Ed. Cortez. São Paulo, SP: 1993.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. Ed. Edart. São Paulo, SP: 1978.
- LACAN, Jacques. **Os complexos familiares**. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, RJ: 1987.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática na Escola Pública**. Ática. São Paulo, SP: 1998.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **VYGOTSKY: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. Editora Scipione. São Paulo, SP: 1995.
- VEIGA, Ilma Passos A.; REZENDE, Lúcia Maria G. (Orgs.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.